

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Contribuições das ciências humanas para a sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições das ciências humanas para a sociedade /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-903-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.032221802>

1. Ciências humanas. 2. Sociedade. I. Batista, Fabiano
Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**', dividida em dois volumes, reúne textos de autores e autoras nacionais e internacionais que propõem em trazer discussões atuais, críticas e necessárias sobre a importância, bem como as diversas contribuições dos estudos na área das Ciências Humanas para a sociedade.

Assim, ao longo dos 35 artigos podemos vislumbrar uma série de indagações, questionamentos e reflexões, que negam, afirmam e constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as mais diversas sociedades e culturas.

Ao longo do primeiro volume é exposto um conjunto de textos que tematizam sobre um panorama nacional, enfatizando, sobretudo, as contribuições das Ciências Humanas para compreensão das dinâmicas e interações no Brasil. Assim, as principais abordagens e temáticas deste volume são: questões regionais, política e planejamento, educação e ciência, representações sociais sobre a velhice, agricultura familiar, questões mercadológicas, condições de trabalho, religião, dentre outros temas que exploram, cada qual a sua maneira, a realidade brasileira e as múltiplas relações com as Ciências Humanas.

No segundo volume os textos reunidos discutem sobre as produções das identidades, subjetivações, metodologias e epistemologia das Ciências Humanas, questões sobre a comunidade surda, juventude, suicídio, vida e morte e processos discursivos, se consolidando como uma abordagem multidisciplinar dentro das Ciências Humanas.

Neste sentido, podemos compreender, a partir das leituras, que as contribuições das Ciências Humanas, ao longo dos anos, nos permitem, conhecer nossa história, a história dos outros, entender o homem e a sociedade como um todo. Suas contribuições nos fornecem informações sobre Política, Mercado, Trabalho, Artes, Natureza, Relações Sociais, dentre outras instâncias da vida humana que precisam, cotidianamente, serem perscrutadas, remexidas e revisitadas, pois todas essas informações fazem de nós seres críticos e nos permitem a entender a realidade a nossa volta.

Por fim, esperamos que a coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**' possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições das Ciências Humanas para a sociedade, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL:
APRECIÇÕES

Franciclézia de Sousa Barreto Silva

Alberto de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218021>

CAPÍTULO 2..... 13

A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): EXPERIÊNCIA
PIONEIRA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA BÁSICA EM
BELÉM-PA

Reginaldo do Socorro Martins da Silva

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218022>

CAPÍTULO 3..... 32

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VELHICE ENTRE OS SUJEITOS
VELHOS DA CIDADE SENHOR DO BONFIM – BA

Valéria Cunha Rodrigues

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218023>

CAPÍTULO 4..... 50

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Hilene Marilan Lima Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218024>

CAPÍTULO 5..... 67

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA
AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO
POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Hádrian George da Rocha Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218025>

CAPÍTULO 6..... 77

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E OS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM
FREQUENTADORES DA PRAÇA BATISTA CAMPOS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Rafaella Maria da Silva

Caroline Moraes Monteiro

Thiago dos Santos Cruz

Carmen Françaasy Martins Nascimento

Daniele Magalhães Souza
Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218026>

CAPÍTULO 7..... 86

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA: RELATOS SOBRE AÇÕES ENTRE 1970 E 1990

Alex Vieira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218027>

CAPÍTULO 8..... 98

TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG

Viviane Andrade Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218028>

CAPÍTULO 9..... 104

SHOW OPINIÃO: ARTE, POLÍTICA E CRIAÇÃO TEATRAL NO BRASIL DOS ANOS 1960

Kátia Rodrigues Paranhos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218029>

CAPÍTULO 10..... 115

ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DAS REPORTAGENS EM CAMPO GRANDE, MS SOBRE OS POVOS HAITIANOS: APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OUTRO POR INTERMÉDIO DA ENUNCIÇÃO MUDIÁTICA

Euzenir Francisca da Silva

Melly Fátima Goes Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180210>

CAPÍTULO 11..... 134

CICLO DE VIDA DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Márcia Regina Valle Mielke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180211>

CAPÍTULO 12..... 146

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

André Pimenta Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180212>

CAPÍTULO 13..... 166

FINANÇAS PESSOAIS E TESOIRO DIRETO: UMA ANÁLISE PRÁTICA PARA GERIR OS CUSTOS DOS INVESTIMENTOS NOS TÍTULOS DO TESOIRO DIRETO

Eduardo Alvim Guedes Alcoforado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180213>

CAPÍTULO 14	186
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INTERMITENTE ENQUANTO PRECARIZAÇÃO	
Gabriel Bacarol Kerber	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180214	
CAPÍTULO 15	194
ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEORIA DE WINNICOTT	
Alex Pereira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180215	
CAPÍTULO 16	204
A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL	
Francisco Rangel dos Santos Sá Lima	
Cícero Nilton Moreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180216	
CAPÍTULO 17	212
CIVILIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	
André Soares Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180217	
SOBRE O ORGANIZADOR	224
ÍNDICE REMISSIVO	225

CAPÍTULO 16

A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 12/11/2021

Francisco Rangel dos Santos Sá Lima

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Letras e Artes
Mossoró – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/4815513502932967>

Cícero Nilton Moreira da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia
Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/3089186720597223>

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de historiar, brevemente, o surgimento das mais importantes religiões afro-brasileiras, a saber: Candomblé e Umbanda, bem como discutir a respeito das práticas de intolerância contra elas, erroneamente vinculadas à origem africana e à suposta superioridade cristã/europeia. A intolerância religiosa verificada no Brasil desvela uma enorme contradição no que tange a sua essência como país democrático, que, em tese, assume o estatuto jurídico da liberdade religiosa, de consciência e de expressão, como assegura a Constituição de 1988. Embora o Brasil muito deva aos africanos que aqui chegaram e fizeram parte da formação de nosso país, a afirmação da identidade negra ainda enfrenta enormes obstáculos, principalmente no que tange à religião (ORO; BEM, 2008). Para desvelarmos as razões pelas quais vigora esta intolerância,

embasamo-nos, principalmente, em estudos que se debruçam sobre a religiosidade afro-brasileira, que nortearam nosso olhar nessa discussão preliminar. Para configurar nossa revisão bibliográfica, desse modo, nos valem de Mattos (2007), Oro & Bem (2008), Prandi (2003, 2004), Nascimento (2010), Rocha (2011) e Campos (2013). Os resultados da nossa pesquisa indicam que ainda são grandes os desafios a serem enfrentados pelos praticantes de religiões afro-brasileiras no que concerne à liberdade religiosa, considerando que, no caso das religiões afro-brasileiras, a discriminação/demonização tem razão racial.

PALAVRAS-CHAVE: Religiões de matrizes africanas; Intolerância; Raça.

UMBANDA AND CANDOMBLÉ IN BRAZIL: A DISCUSSION ON RELIGIOUS INTOLERANCE AND ITS RACIAL RELATIONSHIP

ABSTRACT: This study aims to shortly chronicle the emergence of the most important Afro-Brazilian religions, namely, “Candomblé” and “Umbanda”, as well as to discuss about the intolerance practices against them, which are mistakenly linked to African origin and alleged Christian/European superiority. The confirmed religious intolerance reveals a huge contradiction regarding its sense as a democratic nation, which, in theory, assumes the legal status of religious freedom, conscience and expression, as guaranteed by the 1988 Federal Brazilian Constitution. Despite the fact that Brazil owes a lot to the African People, who arrived here

and were part of the establishment of our country, the affirmation of black identity still faces tremendous barriers, especially with regard to religion (ORO; BEM, 2008). In order to unveil the reasons why such intolerance prevails, we ground ourselves, mainly, on studies that focus on Afro-Brazilian religiosity, which guided our view in the first place. In order to configure our literature review, we made use of Mattos (2007), Oro & Bem (2008), Prandi (2003, 2004), Nascimento (2010), Rocha (2011) and Campos (2013). The results of our research point that the challenges to be faced by the practitioners of Afro-Brazilian religions relating to religious freedom are still enormous, considering that, in the case of Afro-Brazilian religions, discrimination and demonization have a racial background.

KEYWORDS: African Matrix Religions; Intolerance; Race.

1 | INTRODUÇÃO

A intolerância religiosa verificada no Brasil desvela uma enorme contradição no que tange a sua essência como país democrático, que, em tese, assume o estatuto jurídico da liberdade religiosa, de consciência e de expressão, como assegura a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Embora o Brasil muito deva aos africanos que aqui chegaram e fizeram parte da formação de nosso país, a assunção da identidade negra ainda enfrenta enormes obstáculos, principalmente no que concerne à religião (ORO; BEM, 2008).

Desde o início da colonização dos países africanos, a demonização dos rituais autóctones foi utilizada como forte arma de dominação, que, aliada à errônea ideia de primitivismo de suas expressões religiosas, reforçava uma deturpada justificação da exploração imposta do branco sobre o negro. No século XIX, legitimaram-se as teorias acerca desse espúrio primitivismo, com a emergência da concepção “evolucionista” da religião, que, em detrimento da África, deu azo a sua partilha entre as nações europeias (CANTARELA, 2013).

Os intelectuais (médicos e psiquiatras, principalmente, mas também jornalistas e escritores) que defenderam essa concepção, no final do século XIX e início do século XX, corroboraram para legitimar os preconceitos raciais do branco em relação ao negro, estendendo-os a tudo que os toca (ORO; BEM, 2008).

Sobrevivendo à contemporaneidade, tal intolerância religiosa acarreta forte estigmatização dos praticantes de cultos afro-brasileiros, influenciando na sua autoestima, na assunção da sua identidade étnica e do seu pertencimento religioso, por conta do medo de serem vítimas de preconceito. Vale ressaltar que declarar-se como fiel de determinada religião afrodescendente é “colocar-se numa esfera de não reconhecimento e aceitabilidade social” (ROCHA, 2011, p. 7). A intolerância religiosa provoca, pois, traumas emocionais profundos nos indivíduos de que são vítimas, sendo “desumanizadora para o indivíduo que a sofre, como o é para quem a pratica” (ROCHA, 2001, p. 4).

Se ainda presenciamos agressões verbais e físicas, cerceamentos e restrições contra os praticantes de quaisquer religiões na atualidade, é uma prova da nossa inabilidade de aceitar o outro, o diferente, aquele que representa a contrariedade de nossas

crenças, as quais, por nossa inflexibilidade injustificável, julgamos absolutas, tais como axiomas, verdades universais. A adoção do caráter racial da intolerância é uma das mais desprezíveis faces do racismo brasileiro, que resiste intacto ao decorrer da história. No entanto, a harmonia entre as distintas religiões “é exigência para a convivência digna entre os povos, entre as culturas, entre as nações e entre os cidadãos” (ROCHA, 2011, p. 3).

Assim, o presente estudo tem o fito de historiar o surgimento das mais importantes religiões afro-brasileiras, a saber, Candomblé e Umbanda, discutir a razão dos preconceitos que vigoram contra elas ao longo da história e assumir sua resistência intrínseca. Neste sentido, nos interessa levantar a questão da demonização dessas religiões, uma vez que o critério determinante da discriminação se assenta, antes de tudo, na origem africana.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdutória e das referências bibliográficas, ao final. Na seção “Metodologia”, apresentamos a abordagem, o método e o recorte teórico; na seção “O surgimento da umbanda e do candomblé no Brasil”, fazemos um breve histórico do surgimento das mais importantes religiões brasileiras; na seção “A estrutura dos terreiros de umbanda e candomblé”, apresentamos, sucintamente, a estrutura e a hierarquia dos terreiros de umbanda e candomblé; e, por último, na seção “Conclusão”, apresentamos nossas considerações finais, decorrentes do estudo empreendido.

2 | METODOLOGIA

Recorremos a uma pesquisa bibliográfica para historiar o surgimento das mais importantes religiões afro-brasileiras, a saber: Candomblé e Umbanda, bem como para discutirmos a respeito das práticas de intolerância contra elas, erroneamente vinculadas à origem africana e à suposta superioridade cristã/europeia, em uma análise de abordagem qualitativa. Segundo Silveira & Córdova (2009), “(...)a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”, na qual o pesquisador, “sujeito e objeto da pesquisa”, pretende “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, valendo-se de distintas abordagens (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31). Para tecermos nossa discussão preliminar, assim, valemo-nos, principalmente, de estudiosos que se debruçam sobre a religiosidade afro-brasileira, tais como: Mattos (2007), Oro & Bem (2008), Prandi (2003, 2004), Rocha (2011) e Campos (2013), configurando o recorte teórico da nossa revisão de literatura.

3 | O SURGIMENTO DA UMBANDA E DO CANDOMBLÉ NO BRASIL

Antes de iniciarmos um breve percurso histórico, é mister asseverarmos o caráter eminentemente sincrético das religiões de matrizes afro-brasileiras. Ao chegarem ao Brasil, os diversos grupos étnicos originários da África tiveram de ser convertidos ao credo católico.

Suas práticas religiosas, consideradas arcaicas pelos dominadores, eram, sob prescrições do Estado e da Igreja, reprimidas. A conversão à religião do senhor era obrigatória, de forma que o surgimento das primeiras manifestações religiosas de matrizes africanas no Brasil coincidiu com o período em que o catolicismo era a única religião tolerada no país, a oficial.

Em tentativa de manter sua religiosidade, os praticantes engendraram uma ressignificação dela por meio “da assimilação com os santos católicos” (NASCIMENTO, 2010, p. 926), uma vez que o sincretismo ao qual nos referimos provém de “um confronto de valores luso e afro-brasileiros e não como uma fusão de elementos diferenciados. É uma criação, uma construção do novo” (SIQUEIRA, 2009 *apud* CAMPOS, 2013, p. 20).

O sincretismo, por meio do qual houve a possibilidade do desenvolvimento das religiões de matrizes africanas, emergiu do “contínuo processo de negociação entre os participantes e de aproximações existentes nas relações entre negros, brancos e índios”, de modo que havia semelhanças entre as religiões, como, por exemplo, “a devoção a entidades intercessoras, aspectos mágicos que envolvem essa devoção e outros” (NASCIMENTO, 2010, pp. 939-940).

Além disso, conforme atestam os registros históricos divulgados por Oro & Bem (2008), foi bastante forte o papel da Inquisição no período colonial. Os calundus, tidas como manifestações prenunciadoras das religiões afro-brasileiras, foram fortemente “estigmatizadas em razão de seu vínculo negro-africano, de seu suposto caráter primitivo e de sua posição desafiadora a um catolicismo considerado hegemônico” (ORO; BEM, 2008, p. 307). Desse modo, apoiadas pelas autoridades coloniais, diversas investigações incidiram na aplicação de castigos físicos, multas e pena capital àqueles que representassem uma ameaça à religião dominante.

Até o século XVIII, o calundu, termo de origem banto, designava “todo tipo de dança coletiva com cantos e músicas acompanhados de instrumentos de percussão, invocação de espíritos, sessão de possessão, adivinhação e cura mágica”, considerada “a forma urbana de culto africano relativamente organizado, antecedendo às *casas de candomblé* do século XIX e aos atuais *terreiros de candomblé*” (NASCIMENTO, 2010, p. 930, *grifo do autor*).

Segundo Mattos (2007), o Candomblé originou-se na Bahia, no século XIX, quando houve uma grande chegada de tradições africanas ocidentais, em especial, “a jeje ou daomeana, dos cultos voduns, e a ioruba ou nagô, dos cultos dos orixás” (MATTOS, 2007, p. 161). Os cultos se baseiam na “prática de oferendas aos ancestrais e no processo de iniciação dos participantes no ritual de possessão” (MATOS, 2007, p. 160). Orixás ou voduns referem-se aos ancestrais fundadores das mais importantes linhagens africanas.

Prandi (2004) destaca que o surgimento do Candomblé representou uma “espécie de instituição de resistência cultural, primeiramente dos africanos, e, depois, dos afrodescendentes” à dominação cristã e branca, de maneira que significou uma forma de

“preservação do patrimônio étnico dos descendentes dos antigos escravos” (PRANDI, 2004, p. 223).

Por sua vez, a Umbanda surgiu nas primeiras décadas do século XX, no Sudeste, por meio da aglutinação gradual entre características do antigo candomblé da Bahia e do “espiritismo kardecista, chegado da França no final do século XIX” (PRANDI, 2003, p. 17). Enquanto que o Candomblé, nesse período, tinha se circunscrito a áreas urbanas do Nordeste, “em razão da concentração de populações negras”, a Umbanda, pelo contrário, “já nasceu num processo de branqueamento e ruptura com símbolos e características africanas, propondo-se como uma religião para todos” (PRANDI, 2003, pp. 19-20).

Assim, a Umbanda, em sua formação, é tão sincrética quanto o Candomblé, propondo-se como religião nacional, representativa das três raças nacionais, haja vista que o espiritismo também abarca os caboclos cultuados pelos indígenas. No entanto, segundo Prandi (2003), a Umbanda cria uma armadilha para si mesma: enquanto que, para o Candomblé, mais próximo do pensamento africano, há uma indissolubilidade entre o bem e o mal, na Umbanda, tal qual a moda ocidental e cristã, há a distinção. Atrelados à caridade e ao bem, por exemplo, temos os caboclos, os pretos-velhos e demais espíritos bons, e vinculados à malignidade, temos “um panteão de exus-espíritos e pombagiras”, entidades que não se acanham em trabalhar para o mal quando este é considerado necessário (PRANDI, 2003, p. 23). Essa dicotomia caiu como uma luva para ideologias intolerantes nas quais predominam a demonização das religiões de matrizes africanas.

4 | A ESTRUTURA DOS TERREIROS DE UMBANDA E CANDOMBLÉ

Os terreiros de umbanda e de candomblé são espaços religiosos que reúnem pequenos grupos de fiéis que praticam seu culto às entidades espirituais sob a orientação de um pai ou uma mãe-de-santo, estabelecendo laços de parentesco iniciático. Vale ressaltar que as figuras do babalorixá (sacerdote) ou da yalorixá (sacerdotisa) ocupam autoridade máxima nas famílias-de-santo, de modo que os terreiros possuem sua autonomia interna, sendo impossível haver uma organização ou instituição unificada entre eles (PRANDI, 2003). Os chefes dos terreiros são tratados com muito respeito e, a depender do gênero sexual, exercem funções diferentes. Conforme Campos (2013):

O babalorixá é encarregado de realizar as oferendas aos deuses, de marcar os dias das cerimônias públicas ou privadas, do jogo divinatório e da direção geral dos rituais e do culto. Enquanto a yalorixá se ocupa de partes das cerimônias de iniciação e da disciplina dos que lhes são inferiores em categoria (CAMPOS, 2013, p.20-21).

Na sequência da hierarquia, temos a mãe pequena. A ela compete as tarefas de preparar os alimentos a serem oferecidos aos orixás, caboclos ou guias, de assessorar a mãe-de-santo nos rituais de iniciação e de policiar o comportamento das “filhas” no decorrer das danças. Abaixo da mãe pequena, devendo-lhe obediência, há as iabás, que, por seu

turno, a elas competem o auxílio às filhas em possessão. Ainda, “para fiscalizar a conduta dos possesores do sexo masculino, também são designados iniciados, que desempenham papel semelhante ao das iabás”; os tocadores de tambores, por exemplo, assumem forte prestígio nos terreiros “conforme suas habilidades” (CAMPOS, 2013, p. 22). Na umbanda, vale ressaltar, a figura mais importante após a mãe ou pai-de-santo, é a do(a) cambone, cuja tarefa é auxiliar a figura central do terreiro (NASCIMENTO, 2010), sendo privilegiado(a) por ter a prioridade em servir às entidades incorporadas.

Em termos de estrutura física e projeção social, em alguns aspectos, não há como as religiões de matrizes africanas “competir” com as diversas religiões protestantes ou católicas, uma vez que essas expressões religiosas, por seu caráter familiar e intimista, não se voltam para a massificação e conseqüente atração em larga escala de fiéis, como o fazem o catolicismo, com o oferecimento de “grandes espetáculos das missas dançantes celebradas pelos padres cantores”, ou o protestantismo, com reuniões religiosas que são realizadas em gigantescos templos, localizados, preferencialmente, em lugares de alta visibilidade e fluxo de pessoas, funcionando, muitos deles, 24 horas por dia (PRANDI, 2003, p. 25).

Embora não “disputem”, no mercado religioso, em pé de igualdade com suas concorrentes, as religiões dos orixás possuem ampla autonomia administrativa. Cada terreiro é livre para vivenciar inovações ou retroceder a formas de expressão conservadoras: “Pode mudar, afirmando que se mantém na rígida tradição. Terreiros nascem uns dos outros, mas não há dois iguais, mesmo quando se observam os terreiros mais antigos, surgidos da mesma matriz fundante” (PRANDI, 2003, pp. 31-32).

5 | CONCLUSÃO

Como acenado na introdução, numa tentativa de distinguir-se dos credos daqueles tidos como primitivos, houve um forte esforço, por parte da Igreja Católica, em classificar as religiões de matrizes africanas como demoníacas e primitivas. Uma vez fazendo parte da religião católica colonial a sua dose de magia, como, por exemplo, a consubstanciação do corpo e sangue de Cristo em pão e vinho nas cerimônias eucarísticas, fortemente magicizadas, a ideia de magia presente na “religião superior” não podia admitir concorrentes. Dessa forma, todas as religiões distintas do catolicismo, principalmente as dos africanos e afro-brasileiros, eram lançadas ao anátema.

Atualmente, o preconceito em relação às religiões de matrizes africanas é promovido, principalmente, por certos líderes protestantes. Em julho deste ano, para citar apenas um dos mais “leves” exemplos de casos de intolerância contra as religiões afro-brasileiras, disponíveis na internet, destacamos a atitude do pastor evangélico Aijalon Berto, em Igarassu-PE, que publicou, em suas redes sociais, discursos associando “símbolos culturais de religiões afro a ‘referências malignas e satânicas’”, por discordar da relevância

de homenagens às religiões afro-brasileiras, expressas por meio de um painel, exposto próximo ao Museu da Abolição, contendo símbolos culturais representativos em grafite (G1 PE, 2021).

Vale ressaltar que os afrodescendentes, a despeito de terem de ocultar, muitas vezes, a sua afirmação religiosa, para não sofrerem represálias, sempre resistiram às práticas de desqualificação de seus credos, encontrando estratégias para praticá-los. Além disso, há, atualmente, fortes eventos nacionais promovidos por militantes e intelectuais, que realizam manifestações, protestos, caminhadas em prol da liberdade de religião, bem como promovem “fóruns de debates sobre intolerância religiosa e organização de seminários que discutem a relação entre Estado e religião” (ROCHA, 2011, p. 4).

A própria promulgação da Lei nº 10639/2003 revela o compromisso, em nível federal, com o reconhecimento e a valorização da Cultura e História africana e afro-brasileira, de modo que sejam recuperadas as contribuições “do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003), representando uma forte conquista para os movimentos intelectuais e sociais em prol do negro. Assim, principalmente na educação básica das escolas públicas e privadas de todo o país, devem ser promovidas atitudes de respeito e convívio em relação às religiões de matrizes africanas, uma vez que constituem as heranças de um povo que bastante ajudou para a construção de nosso país e são genuinamente nacionais.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Z. D. P. De Xangô a Candomblé: transformações no mundo afro-pernambucano. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 13-28, jan./mar. 2013.

CANTARELA, A. G. Traços do proprium cultural africano e sua relação com o sagrado. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 88-108, jan./mar. 2013.

G1 PE. **Pastor investigado por ofensas a religiões afro critica idolatria: ‘Posso ser preso ou morto, mas não mudo pregação’, diz**. Recife, 24 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/24/pastor-investigado-por-ofensas-a-religioes-afro-critica-idolatria-possa-ser-preso-ou-morto-mas-nao-mudo-pregacao-diz.ghtml>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

BRASIL, **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

MATTOS, R. A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil. **RBSE**, 9 (27): 923 a 944. ISSN 1676-8965, dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>. Acesso em: 5 de novembro de 2021.

ORO, A. P.; BEM, D. F. A discriminação contra as religiões afro-brasileiras: ontem e hoje. **Ciências e Letras**, n.44, p.301-318, 2008.

PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**, n.18, n. 52, 2004.

PRANDI, R. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas**. Porto Alegre, v.3, n.1, jun. 2003.

ROCHA, J. G. da. A intolerância religiosa e religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro. **Revista África e Africanidades**, n. 14/15, 2011. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/14152011-05.pdf>. Acesso em: 30/03/2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76

Antropometria 77, 78

C

Camponeses 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76

Canções 53, 104, 105, 106, 108

Ciclo de vida 134, 135, 136, 142, 143, 144

Condições de trabalho 186

Cooperativismo 67, 68, 69, 71, 74

Cuidados 20, 98, 100, 102, 154, 200, 202

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 22, 24, 27, 29, 44, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 101, 103, 115, 118, 133, 135, 142, 143, 150, 151, 165, 167, 168, 175, 181, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 213, 217, 218, 219, 220

Desenvolvimento regional 1, 2, 4, 6, 7, 8, 11, 12

Desigualdade social 1, 147

Doenças cardiovasculares 77, 78, 79, 81, 83, 85

E

Educação integral 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31

Emprego precário 186

Encenação 104, 110, 112

Engajamento 104, 105, 107, 110, 111, 113, 114

Enunciação 115, 116, 118, 122, 123, 131, 132

Envelhecimento humano 32, 39

Equilíbrio 5, 37, 45, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 203, 213, 220

Escola básica 13, 14, 21, 28

Exercício físico 77, 78, 79, 85

Experiências 13, 14, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 40, 44, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 90, 100, 101, 103

F

Federalismo 1, 10, 11, 12

Fragmentação 7, 9, 10, 52, 65, 146, 147, 148, 153, 163, 164, 217

G

Geografia do envelhecimento 32, 34, 39

Grupo de Teatro Opinião 104, 109

J

Jovens 15, 33, 38, 89, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 127, 200, 201, 202

M

Marília 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165

Mercado imobiliário 146, 149, 151, 152, 164

Mercado Municipal 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145

Migração 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 128, 217, 218, 219

P

Planejamento regional 1, 4, 11, 12

Planejamento turístico 134

PMCMV 146, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 163

Políticas públicas 1, 9, 10, 11, 50, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 84, 147, 148, 149, 150, 153

Prevenção 20, 77, 78, 82, 84, 98, 99, 100, 103

Protagonismo 98, 103

R

Reforma trabalhista 186, 187, 189, 190, 192, 193

Representação social da velhice 32, 34

S

Saberes 29, 35, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 101

Segregação 146, 147, 150, 155, 156, 163, 165

Semiótica do discurso 115, 116, 118, 121, 132

T

Taxas 117, 166, 169, 170, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 184

Tempos-espacos educativos 13

Tesouro direto 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Títulos públicos 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 179, 180, 181, 183, 185

Trabalho intermitente 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Tributos 166, 170, 172, 173, 177, 184

V

Vulnerabilidade 33, 98, 128, 198

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022